

DEBATES DA HISTÓRIA: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE OBJETIVIDADE EM UMBERTO ECO

DEBATES OF HISTORY: THE EVOLUTION OF THE CONCEPT OF OBJECTIVITY IN
UMBERTO ECO

DEBATES DE LA HISTORIA: LA EVOLUCIÓN DEL CONCEPTO DE OBJETIVIDAD EN
UMBERTO ECO

MARCO GOMES

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
(CEIS20), 3000-186, Coimbra, Portugal
gomes_marco78@hotmail.com

Recebido / Received / Recibido: 16/09/2017

Aceite / Accepted / Aceptación: 07/02/2018

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo abordar a evolução do conceito de objetividade em Umberto Eco, no contexto de um debate espoletado pela revista italiana *L'Espresso* em 1969. Pretende, também, refletir sobre as diferenças culturais subjacentes à interpretação do conceito que subsistem em regiões onde a objetividade jornalística é assumida como prática orientadora do sector de informação. No contexto de um mundo cada vez mais mediado pelo meio técnico, esta pesquisa defende a ideia de que a objetividade deve estar cada vez mais associada à necessidade de os cidadãos recorrerem a fontes identificáveis orientadas para a verificação da informação.

PALAVRAS-CHAVE

Umberto Eco; Objetividade; Culturas Jornalísticas; Itália; Tecnologias

ABSTRACT

This paper aims to address the evolution of the concept of journalistic objectivity in Umberto Eco, within the context of a debate triggered by the Italian magazine *L'Espresso* in 1969. It also intends to ponder on the cultural differences underlying the interpretation of the concept which persist in regions where journalistic objectivity is assumed as guiding practice in the information sector. In the context of a world increasingly mediated by technical environment, this research supports the idea that objectivity should be progressively associated with citizens' need to make use of identifiable sources for the verification of information.

KEYWORDS

Umberto Eco; Objectivity; Journalistic Cultures; Italy; Technologies

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo abordar la evolución del concepto de objetividad en Umberto Eco, en el marco de un debate animado por la revista italiana *L'Espresso* en 1969. Asimismo, se pretende reflexionar sobre las diferencias culturales subyacentes a la interpretación del concepto, que persisten en regiones en las que la objetividad periodística se asume como práctica orientadora del sector de la información. Inserida en el contexto de un mundo cada vez más mediado por el medio técnico, esta investigación defiende la idea de que la objetividad debe estar cada vez más vinculada a la necesidad por parte de los ciudadanos de acudir a fuentes identificables orientadas hacia la comprobación de la información.

PALABRAS CLAVE

Umberto Eco; Objetividad; Culturas Periodísticas; Italia; Tecnologías

INTRODUÇÃO

Falar de objetividade jornalística significa abordar um tema com múltiplos pontos de partida, animados por várias tradições académicas. A objetividade é descendente do mundo hodierno, segue o trilha do positivismo e encontra-se ancorada à época das ciências experimentais. Desde meados da última centúria, académicos e profissionais da informação lançam-se em infindáveis debates com o intuito de deslindar a complexa relação entre a realidade e a verdade e de reenquadrar criticamente – ou mesmo negar – o valor da objetividade jornalística, noção tantas vezes ambígua como elástica. Para uns, o conceito não passa de uma dissimulação do processo de construção social, uma vez que tanto oculta o espírito fundacional do próprio jornalismo – articulação entre informação e opinião – como encobre o processo de seleção/escolha e a impossibilidade de refletir uma realidade/verdade absoluta. Outros, por sua vez, rejeitam a pureza das perspetivas filosóficas argumentando que a objetividade jornalística deve ser entendida como um conjunto de métodos que permitem aproximar as narrativas e o público de uma meta sempre inalcançável. No mesmo sentido, criticam um discurso generalista que desloca o conceito para géneros jornalísticos em que o mesmo não pode ser aplicado.

Esta reflexão visa abordar a evolução do conceito de objetividade em Umberto Eco tendo como cenário a cultura jornalística italiana e o conturbado período que medeia os anos de 1969 e 1978 em Itália, os designados *anni di piombo* associados ao imaginário da violência política, da luta armada e do terrorismo. Pretende, por outro lado, enquadrar teoricamente a questão da objetividade jornalística numa perspetiva que evidencie as diferenças culturais que continuam a nortear a interpretação do conceito, mesmo em geografias onde esse é assumido como prática orientadora entre os profissionais de informação, linha de pensamento que, aliás, percorre este trabalho.

1. OBJETIVIDADE E VERDADE JORNALÍSTICA

Democracia, interesse público e busca da verdade são algumas noções associadas aos esforços que procuram delimitar o campo do jornalismo depois das revoluções liberais oitocentistas. Não obstante o *modelo factual* de o trabalho noticioso

estar longe de constituir o principal referencial em várias geografias jornalísticas, nomeadamente no mundo não ocidental¹, o conceito de objetividade transforma-se, depois da I Guerra Mundial, na pedra angular do jornalismo ocidental. É a partir desse período que o vocábulo *objetividade* surge amplamente utilizado no contexto dos debates sobre jornalismo (Smith, 1980, p. 164), mesmo se muitos trabalhos (Schudson, 1978; Chalabay 1996/2003; Neveu, 2001) convergem ao situar na segunda metade do século XIX a origem das práticas informativas hodiernas. Resultado da herança jornalística anglo-americana, essas práticas informativas fundamentam-se em procedimentos profissionais (técnicas, *saber fazer*) e na ideia de um campo especializado e autónomo, dotado de valores e normas. Um campo jornalístico norteado por princípios como a separação entre factos (relatos) e opiniões, a imparcialidade (vários pontos de vista), a verificação de informações, a identificação das fontes, a recorrência à citação de fontes autorizadas, a restituição dos factos, as competências de pesquisa e a escrita de tipo descritiva, para todos os públicos. Não sendo de natureza literária ou política, a narrativa jornalística assume a forma particular de prática social (van Dijk, 1988/1990, p. 250) e converte-se num fenómeno discursivo com marcas filológicas próprias. Essas marcas são expressas por códigos de coerência interna de um texto – semântica, lexical e gramatical – orientado pela ideia de um *essencial* e um de um *acessório*, assente no processo seletivo.

Mas pode esta descrição ser consensual quando se procura interpretar o conceito de *objetividade*? A verdade é que tanto as terminologias como as definições variam em função das correntes académicas e culturas jornalísticas. Se no lugar de *objetividade* surgem expressões como *ideologia ocupacional* (Reese, 1990), *ritual estratégico* (Tuchman, 1972), *ideologia do profissionalismo* (Soloski, 1990), *culturas profissionais* (Donsbach & Klett, 1993) ou *performance* (Boudana, 2011), também o alcance do conceito parece diferir quando os jornalistas são indagados acerca da noção de objetividade e da importância subjetiva que o seu valor profissional tem para os mesmos. É isso que os estudos de Wolfgang Donsbach, Bettina Klett e Thomas Patterson demonstram quando comparam o valor da objetividade em diferentes culturas jornalísticas (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Suécia e Itália). Genericamente, as conclusões remetem para a ideia de que os jornalistas envolvidos associam em grau elevado o valor da objetividade à sua atividade profissional. Mas existem diferenças quando se trata, por um lado, de reconhecer que esse código norteia a atitude das suas empresas (italianos apresentam menor crença) e, por outro, quando se percebe que o procedimento mais identificado com o valor de objetividade varia de país para país (Donsbach & Klett, 1993; Donsbach & Patterson, 2004).

Donsbach e Patterson (2004) defendem que o compromisso com a objetividade ainda distingue as redações americanas e europeias; os jornalistas norte-americanos consideram que as suas preferências políticas não encontram uma relação direta com aquelas das suas empresas jornalísticas, enquanto os colegas italianos e alemães já admitem uma maior sintonia com a linha editorial das empresas onde exercem a profissão. Trata-se, afinal, de um fenómeno que também se pode explicar pelas relevantes diferenças entre os sistemas de *media* “quanto ao grau de in-

1 Veja-se, por exemplo, os casos da Tanzânia (Ramaprasad, 2001) ou do Nepal (Ramaprasad & Kelly, 2003) através dos trabalhos de Jyotika Ramaprasad e James D. Kelly.

tensidade das ligações entre os atores políticos e os *media* e ao equilíbrio entre o apoio a causas públicas e as tradições neutras/informativas do jornalismo político” (Hallin & Mancini, 2004/2010, p. 41). Por outras palavras, parece consensual que os jornalistas em democracias representativas contemporâneas se comportam como uma “comunidade interpretativa transnacional, com um sistema de valores e definição do *ethos* jornalístico como referência que delineia um esboço bem claro da identidade jornalística” (Traquina, 2004, p. 183). Essa comunidade denota uma forte apetência para associar o valor objetividade à sua atividade, sendo, porém, usado e aplicado de forma diferente no contexto das diversas culturas profissionais ocidentais (Shoemaker & Reese, 1996; Donsbach & Patterson, 2004; Deuze, 2005).

Claro está que a identidade jornalística e a associação ao valor objetividade devem ser enquadrados num itinerário que tanto privilegie a perspetiva da profissão jornalística como os contextos históricos em que evolui, recorrendo a diferentes saberes (etnografia, estudos literários) e adotando, por exemplo, a imagem da *comunidade interpretativa* (Zelizer, 1993/2000). Desse percurso histórico resulta a ideia de que o debate sobre a objetividade e a procura da verdade cedo se transforma no palco de múltiplos acontecimentos discursivos, para utilizar o sentido foucaultiano. O debate Lippmann-Dewey sobre democracia, jornalismo e o papel dos cidadãos, na América dos anos 20 do século passado, é um testemunho dessa profusão de entendimentos resultantes das considerações do destacado filósofo John Dewey aos trabalhos do proeminente jornalista Walter Lippmann² – em *Discovering the News*, Schudson (1978, p. 151) considera Lippmann o “porta-voz mais sábio e assertivo do ideal de objetividade”. Escreve Lippmann (1922/2004, p. 194) em 1922, na obra *Public Opinion*:

“Notícias e verdade não são a mesma coisa (...). A função das notícias é sinalizar um acontecimento, a função da verdade é revelar os factos escondidos, estabelecer a relação existente entre eles, e formar uma imagem da realidade com base na qual as pessoas possam atuar”³.

Volvidos cerca de 80 anos da publicação de *Public Opinion*, Bill Kovach e Tom Rosenstiel procuram identificar os princípios e as práticas essenciais do jornalismo, como resultado de reflexões aturadas e de uma vasta auscultação de opiniões entre jornalistas, académicos e cidadãos. Na obra *Os Elementos do Jornalismo*, os autores anunciam que a “primeira obrigação do jornalismo é para com a verdade” (Kovach & Rosenstiel, 2001/2004, p. 36). Mas qual verdade se todos os indivíduos são subjetivos? Não se trata de uma leitura da verdade em sentido absoluto, filosófico e epistemológico. A verdade jornalística deve corresponder, antes, a um processo continuado até ao entendimento, marcado pela síntese e verificação com o intuito de eliminar os rumores, as insinuações, o irrelevante e o acessório. O percurso começa com as primeiras notícias, desenvolve-se ao longo do tempo e pretende revelar o que é verdadeiro (cognoscível) e importante numa história⁴. Num tempo em

2 Trabalhos recentes (Schudson, 2008) têm relido a troca de ideias e identificado pontos divergentes e convergentes entre o jornalista e o filósofo.

3 As traduções a partir do inglês e do italiano são da nossa responsabilidade.

4 Idem, p. 48-49.

que o meio tecnológico parece tanto revolucionar a experiência do indivíduo com a realidade como transformar-se ele próprio numa fonte inesgotável de entropia, animada por *fake news* ou noções do tipo *pós-verdade*, os cidadãos necessitam de fontes identificáveis orientadas para a verificação da informação.

2. ELEMENTOS DO JORNALISMO ITALIANO: ENTRE POLÍTICA E LITERATURA

As origens das práticas jornalísticas italianas encontram-se bem próximas da tradição francesa, cujo modelo, até finais do século XIX, é assumidamente político e literário, resultando não poucos artigos da combinação entre factos e opiniões. Não é por acaso que Gramsci aborda em *Quaderni del Carcere* a necessidade de o jornalismo italiano se libertar do cunho eminentemente literário. Ainda antes do contágio anglo-americano, a imprensa italiana é animada por expoentes da burguesia ressurgimental que encontram no jornalismo um campo fértil para dar continuidade às lutas políticas iniciadas aquando da unificação da península (Capecchi & Livolsi, 1971, p. 45-46). O jornal, tantas vezes feito por um ou dois indivíduos, apresenta um estilo altamente personalizado e deixa pouco espaço para a formação de uma prática profissional de trabalho em redação, anónimo, de grupo.

O avanço em direção às práticas do estilo conciso, objetivo, que distingue o relato de acontecimentos (*hard news*) dos enquadramentos leves (*soft news*) ligados às histórias da vida social e de interesse humano, ocorre mais tarde que na vizinha França, ganhando verdadeiro impulso no pós-II Guerra (Murialdi, 2006). Se profissionais como Indro Montanelli, Luigi Barzini jr. ou Virgilio Lilli, formados no período entre os dois conflitos mundiais, surgem ancorados à escola literária do léxico cuidado, rico em metáforas e adjetivação, não se afigura, igualmente, fácil para a geração seguinte fazer tábua rasa de uma herança que sempre viveu de intermináveis polémicas e da arte da narrativa ornamentada. Essa nova geração que integra as redações durante os conturbados anos 70 é responsável pela parcial rutura com a cultura jornalístico-literária viciada na exegese, lutando por uma informação mais democrática (Mazzanti, 1991, p. 209) em contraste com a tradição que sempre fizera dos jornais um instrumento elitista de valorização e divulgação de ideias desta ou daquela corrente de opinião, extremamente dependentes da informação política.

Uma das críticas mais difusas ao jornalismo italiano reside na recorrência ao clássico *pastone*, mistura, no mesmo texto, do comentário e do relato. Confirmando o peso da opinião no sector da informação, Paolo Murialdi (1976, p. 44-45) refere, em 1976, que os jornais em Itália ainda se encontram longe da simplicidade, da clareza e da concisão do jornalismo inglês e americano. E identifica duas particularidades nos editoriais da península: longa extensão das peças – a começar na primeira coluna (média de uma coluna e meia) – e frequente ligação do artigo ao título e reportagem de abertura, criando uma situação em que o comentário precede a informação e se sobrepõe à mesma (a reportagem de abertura segue na segunda página)⁵.

Apesar de a cultura jornalística italiana assimilar progressivamente as réplicas do paradigma anglo-americano, permanecem, todavia, indicadores da excelência

5 A imprensa anglo-americana destaca uma página para artigos de opinião. Os diários franceses, neste período, publicam na capa um curto artigo de fundo que não detém a posição imponente do italiano.

profissional, como o brio da narrativa, a capacidade de argumentar em defesa de uma orientação editorial e a valorização de marcas e gêneros jornalísticos que validam a importância do comentário – crônicas, extensão e posição dos editoriais, *bilhetes*, artigos de análise. Por muito tempo prevalece a concepção do jornal enquanto instrumento essencialmente político e, como salienta Enzo Forcella (1959) no final da década de 50, direcionado, sobretudo, para a *família* dos *mil e quinhentos leitores*.

“Um jornalista político, no nosso país, pode contar com cerca de mil e quinhentos leitores: os ministros e os subsecretários (todos), os parlamentares (parte), os dirigentes de partido, sindicalistas, altos prelados e algum industrial que se quer mostrar informado. O resto não conta, mesmo se o jornal vende trezentas mil cópias”⁶.

Os jornalistas mantêm com a *família* relações privilegiadas, também na ordem da identificação política, o que em muito contribui para uma linguagem jornalística ao serviço das mensagens codificadas e dos diálogos fechados (recados). A forte ligação que sempre uniu o campo da informação à esfera política é unanimemente considerada uma nefasta anomalia responsável por um jornalismo menos imparcial e objetivo, que não privilegia os leitores (Mancini, 2002). Por longo período predomina uma narrativa jornalística inacessível ao público, assente em práticas manipulativas, penosamente burocrática, maçadora e extensa. O êxito do *pastone* constitui, neste sentido, um indicador do tipo de informação política praticada, na medida em que misturar factos (*news*) e comentários (*views*) significa privilegiar o campo político das polémicas e dos jogos de poder, em vez de destacar a função mediadora da política no contexto dos vários interesses sociais em disputa (Sorrentino, 2007, p. 33).

O *pastone*, no caso italiano, remete invariavelmente para a questão da *objetividade*, no sentido da independência, da imparcialidade e da necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio entre a subjetividade implícita (selecção, contextualização) e o método aplicado (objetividade, verdade jornalística). Isto é, consiste numa prática que evidencia a urgência de expropriar o processo de interpretação pessoal de condicionamentos prévios, de orientações tendenciosas e sectárias, conferindo rotinas como, por exemplo, o respeito pela relação com as fontes, as etapas na recolha de informação e o contraditório.

3. O CONCEITO DE OBJETIVIDADE EM UMBERTO ECO E AS CRÍTICAS DE PIERO OTTONE

A edição de 13 de julho de 1969 da revista *L'Espresso* contém um suplemento onde Umberto Eco assina um artigo intitulado *Il lavaggio dei lettori*. Trata-se de um texto que dá origem a um debate mais amplo sobre a questão da objetividade, cujo epílogo, nas páginas da publicação romana, chega a 14 de setembro. Na discussão promovida por *L'Espresso* participam quase todos os jornais de grande informação, multiplicando-se os comentários sobre as posições em discussão. Essa última edição de setembro, sob o título *È possibile avere in Italia una stampa obiettiva? – Che giornale vorrei fare*, reúne as opiniões de Nello Ajello, Umberto Eco, Indro Montanelli, Piero Ottone e Eugenio Scalfari, todos figuras relevantes do sector da infor-

6 Idem, 1959, p. 451.

mação. Mas são as posições de Umberto Eco e Piero Ottone⁷ que se apresentam mais sólidas e, simultaneamente, divergentes. A argumentação de Eco (1969, julho 13, suplemento) em consonância com o espírito da época, considera a objetividade jornalística um mito, enquanto Ottone (1969, julho 27, p. 2) rejeita a ideia ao defender que importa falar de objetividade fora do plano das “disquisições pseudofilosóficas”, para não se perder o contacto com a realidade, uma vez que “se pode ser objetivo, desde que se queira”. Tanto o semiólogo como o diretor de *Il Secolo XIX* concordam, porém, num ponto: a imprensa italiana sofre de males crônicos e não responde às necessidades dos leitores.

Os artigos *Il lavaggio dei lettori*, *Le notizie e noi* (de 3 de agosto, em resposta a Piero Ottone) e a intervenção na mesa redonda de 14 de setembro (*Che giornale vorrei fare*) expõem o pensamento de Umberto Eco, do qual se podem coligir três ideias principais. Primeiro, de acordo com o filósofo, os jornais italianos atuam quer como máquina orientada para a “seleção classicista do próprio público”, quer como instrumento de “ocultação de informação incômoda” (Eco, 1969, agosto 3, p. 2). Para esse estatuto contribuem aspetos como o uso de uma linguagem inacessível, os preconceitos político-ideológicos e o comportamento tipo folhetim ou romance oitocentista (só percebe o *enredo* quem está dentro da história – a classe política). O tom provocatório de Eco⁸ sugere, em suma, que o jornal em Itália não constitui um “instrumento de liberalização crítica”, antes um aparelho “autoritário de repressão”, pelo que desenvolve a sua tarefa política específica de “boletim de grupos de poder que fazem um discurso dirigido para outros grupos de poder”, sem se preocupar com o direito à informação do próprio público.

Em segundo, Eco⁹ afirma que a objetividade jornalística é um mito (elemento de falsa consciência) não apenas porque misturar comentários com factos constitui um exercício interpretativo, mas também porque a prática jornalística é orientada pelo processo de seleção. Esse procedimento, sublinha, ocorre quando um artigo é inserido numa certa página e não noutra, quando se delimita o número de caracteres, o tipo de título, a opção pela fotografia (e que imagens?), uma ligação com um texto sobre outro tema, as cores, o corpo de letra, o tamanho e, por exemplo, o ângulo do artigo. São, no fundo, elementos constitutivos da intervenção interpretativa subjacente a um artigo de jornal ou, com outros referenciais, uma peça televisiva. O ato de dar uma notícia é sempre, salienta Eco¹⁰, uma representação imperfeita do real não desprovida de ingerências manipulativas ou distorções.

O autor não se revê, porém, num ceticismo radical ao ponto de defender que a comunicação jornalística se encontra aprisionada à fronteira da incomunicabilidade. Antes crítica o facto de o jornalista exercer um trabalho de persuasão oculta sobre o seu público¹¹. Por outras palavras, rejeita o estatuto conferido à objetividade jornalística porque não se explica ao público que esse assenta numa posição ideológica; o mesmo é dizer uma “manifestação de falsa consciência”. O estatuto

7 Assume a direção do *Corriere della Sera* entre 1972 e 1977.

8 Idem, 1969, julho 13, suplemento.

9 Idem, 1969, agosto 3, p. 2.

10 Ibidem.

11 Idem, 1969, setembro 14, p. 8.

da objetividade não passa, segundo o cronista de *L'Espresso*, de uma “superestrutura teórica elaborada para encobrir outras coisas”¹².

Umberto Eco¹³ refere, por último, que não é possível confundir objetividade (presumível adesão a uma mítica verdade que estará nas coisas) com honestidade (escolha moral e obediência a um código ético), acreditando que o jornalista tem o dever de testemunhar aquilo que sabe, segundo o seu ponto de vista, e não o dever de objetividade. Ao demonstrar a impossibilidade de evitar o momento interpretativo aquando do processo de comunicação, Eco¹⁴ apresenta o posicionamento que, no seu entender, deve nortear a ação de qualquer jornalista diante do auditório:

“O jornal não é um órgão ao serviço do público, mas um instrumento de formação do público, qualquer coisa que serve para orientar, dia após dia, as suas preferências, influenciar os seus desejos e as suas paixões. (...) O jornalista honesto deverá (...) repetir em cada dez palavras ao leitor: eu estou a tentar convencer-te, fazer-te aceitar o meu ponto de vista sobre os acontecimentos”.

A imprensa, e o jornalismo em geral, devem formar ou informar? Esta é uma questão que separa Umberto Eco de Piero Ottone. Se o primeiro advoga que a narrativa jornalística contribui para formar, partindo do princípio de que o jornalista deve advertir o leitor de que está a transmitir o seu ponto de vista, deixando espaço para a existência de outras versões da história, já o segundo mostra-se claramente convencido da única missão que, na sua opinião, ao jornalismo deve importar: a informativa. A crítica de Ottone¹⁵ (1969, setembro 14, p. 8) é dirigida a Umberto Eco:

“O jornal em Itália desenvolveu uma função (...) de defesa de interesses específicos económicos e políticos ou de ideais também nobres e legítimos. Em qualquer caso, assumiu uma missão que te parece natural e saudável, e a mim aberrante: a missão de convencer, de influenciar, de educar o público”.

Ao longo do debate, a função do jornalismo é apenas uma divergência que secunda outra antítese racionalmente legítima em relação às posições de Eco. Para Ottone¹⁶, paladino das regras clássicas do modelo jornalístico anglo-saxónico, tanto a objetividade não é um mito como existem jornais objetivos. O jornalista genovês advoga uma noção de objetividade assente em critérios empíricos e não filosóficos, no âmbito da qual se podem escrever artigos bem ou mal conseguidos, mas sempre seguindo as regras elementares que orientam a profissão, como a separação entre factos e opiniões, a citação das fontes, a verificação da informação e, entre outras, o reportar dos diversos pontos de vista no contexto da mesma questão¹⁷. Das suas

12 Idem, 1969, agosto 3, p. 2.

13 Ibidem.

14 Idem, 1969, setembro 14, p. 8.

15 Ibidem.

16 Idem, 1969, julho 27, p. 2.

17 Ibidem.

palavras emerge a convicção de que, seguindo este método, é possível praticar um jornalismo mais objetivo, ainda que dentro dos limites em que esse propósito se possa realizar num mundo imperfeito, no qual ninguém conhece a verdade absoluta.

“É verdade que a objetividade absoluta da palavra não existe. (...) Mas Umberto Eco errou, na minha opinião, ao colocar o problema neste plano. (...) Sei, por experiência própria, que todas as noites um jornalista deve tomar algumas decisões. (...) Sei que, no momento em que toma decisões, pode inspirar-se em critérios de objetividade profissional”¹⁸.

Apesar da negação de Eco e da defesa do conceito de objetividade de Ottone evoluírem sobre planos distintos, o debate que se desenvolve anos depois revela uma potencial comunicabilidade entre as duas dimensões. As ideias de Eco devem ser contextualizadas no período em questão: décadas de dependência do campo político e, em 1969, forte contestação sindical (*autunno caldo*) sobre a qual recai um tratamento jornalístico acentuadamente maniqueísta. As considerações de Eco mais não são do que uma dura crítica à imprensa italiana da época e à sua umbilical ligação ao jogo político. Em última análise, Eco, tal como Ottone, reclama uma imprensa italiana mais objetiva e independente. A noção de objetividade que Eco nega não é exatamente a que Ottone defende. Essa posição será expressa quase uma década depois quando se percebe que o semiólogo reconsidera formulações, em sentido mais rigoroso, e procura articular dois níveis da noção de objetividade.

3.1. As reformulações de Eco e os factos-notícia

Se o debate organizado por *L'Espresso* em 1969 desenvolve-se no âmbito de um clima altamente inflamado do ponto de vista sindical e operário, o outro palco que marca o percurso da questão da objetividade não encontra um ambiente mais desanuviado. Pelo contrário. O Convénio “Realtà e Ideologia dell'Informazione”, organizado pela Casa da Cultura de Milão e o Instituto Gramsci de Roma, em 15 e 16 de abril de 1978, evolui tendo como cenário um país em estado de choque pelo rapto (16 de março) e consequente assassinato (9 de maio) de Aldo Moro. O presidente da Democracia Cristã é o catalisador que transforma, naquele conturbado período, os gazes tóxicos da política italiana em energias menos ofensivas. Dito de outro modo, o episódio símbolo dos *anni di piombo* termina com a vida do principal impulsionador de maior cooperação política (governos de solidariedade nacional) e, sobretudo, diálogo entre os dois maiores partidos italianos, a Democracia Cristã e o Partido Comunista.

Uma das grandes novidades da comunicação que Umberto Eco (1979, p. 17-18) realiza em Milão consiste na assunção de dois limites do conceito de objetividade: um “limite ‘alto’ (inalcançável)” e um “limite ‘baixo’, fundado num compromisso racional”. O *limite alto* continua a evidenciar a impossibilidade de um relato absoluto e autêntico da realidade, remetendo para a ideia, assim entendida, de um mito ou, no pior dos casos, de distorções conscientes do real, a tal *manifestação de falsa*

18 Ibidem.

consciência que o autor refere em 1969 — é a praticabilidade desta aceção de objetividade que Eco contesta por altura do *autunno caldo*. Já a identificação de um *limite baixo* corresponde, anos depois, à possibilidade de, com base em determinados critérios, produzir material jornalístico assente em informações verificáveis e menos distantes de um conhecimento autêntico e com maior validade. Ora, é esta a dimensão de objetividade que Piero Ottone vigorosamente advoga e que Eco, quase uma década depois, não rejeita.

“Mas em definitivo concordo, existe um limite baixo de objetividade que consiste em separar a notícia e comentário; em dar pelo menos as notícias que circulam via agência; em clarificar se sobre uma notícia existem avaliações contrastantes; em acolher num jornal, ao menos para os factos mais vistosos, comentários que não concordem com a linha do jornal; ter coragem em juntar dois comentários opostos para dar a temperatura de uma controvérsia (...). Tudo critérios empíricos (...) que permitem ao leitor presumir que existem visões do mundo, e que são mais do que uma”¹⁹.

O reconhecimento de que, afinal, se pode produzir informação jornalística mais objetiva desemboca num outro ponto de relevante interesse na intervenção de Eco em 1978, nomeadamente quando afirma que “nos anos setenta os *media* italianos realizaram uma objetividade baixa mais satisfatória do que aquela dos anos cinquenta e sessenta”²⁰. Mas como se explica este progresso? Eco assegura que resulta de quatro fatores: a pressão de um público mais exigente, a concorrência da informação alternativa, a tomada de consciência dos jornalistas e a produção mais intensa de factos-notícia associada ao crescimento das técnicas de informação²¹.

É, de facto, verdade que o público italiano denota um maior sentido crítico em relação ao modo de governar dos democratas-cristão há mais de duas décadas no poder, reclamando um novo relacionamento com os cidadãos e a causa pública. Trata-se, no fundo, de novas dinâmicas inseridas num processo de autodeterminação da pessoa e cujo impacto coloca em crise a hegemonia da Democracia Cristã, com repercussões nos órgãos de comunicação considerados *conformistas*.

É verdade que os periódicos militantes como *Potere Operaio*, *Il manifesto* ou *Lotta Continua* realizam um jornalismo diferente dos parâmetros tradicionais do ponto de vista da reestruturação dos modelos jornalísticos, dos aspetos textuais, das estruturas sintáticas, dos títulos e códigos icónicos. Só depois do aparecimento dessa imprensa de *combate* é que os jornais de *referência* são forçados a informar sobre toda uma série de problemas que antes eram regularmente esquecidos, da indústria cultural ao movimento feminista e estudantil, do recluso ao operário de massas, emigrado e desqualificado. Não esquecendo a importância de um outro tipo de informação alternativa, como os cortejos de protesto, espetáculos de rua, folhas volantes, boletins, revistas satíricas, pinturas, murais ou jornais de parede.

19 Op. cit., p. 18.

20 Ibidem.

21 Ibidem.

É, também, verdade que pela primeira vez os jornais procuram quebrar a relação umbilical com a classe dominante, opondo-se, por exemplo, à informação sectária da RAI-TV. Os jornalistas, nos anos 70, defendem com mais intransigência as reivindicações profissionais, ao mesmo tempo que se regista um notável grau de independência, mas igualmente de politização (Livolsi, 2008, p. 608). Tudo isto no quadro de crescentes exigências que vão no sentido de limitar os poderes dos diretores dos jornais, fomentar maior transparência na informação, maior autonomia profissional, liberdade de imprensa e esclarecimento das fontes de financiamento.

Mas o ponto definitivamente mais sugestivo e que remete para questões de enorme atualidade incide na produção de factos-notícia, isto é, aqueles acontecimentos originalmente fabricados para serem notícia e veiculados como tal. Nas palavras de Daniel Boorstin, os pseudoacontecimentos. Eco dedica mais tempo a este quarto fator porque o momento da sua intervenção em Milão coincide com os 54 dias de cativo de Aldo Moro, período em que as Brigadas Vermelhas inundam o país com mensagens dirigidas a alvos específicos com o intuito de criar impacto e alcançar contrapartidas.

O autor começa por explicar que a exponencial profusão de factos-notícia é incontornável e está associada a um sistema fundado no lucro e ao inevitável desenvolvimento do meio técnico. Mais: é até consequência das grandes conquistas democráticas uma vez que reflete uma informação proveniente de uma rede difusa, com várias vozes e fontes de informação (Eco, 1979, p. 24-25). Eco admite que a imprensa italiana dos anos 70 percebe com maior nitidez que as fontes de informação não assentam em realidades objetivas independentes, podendo ser manipuláveis e veicular determinados interesses e notícias falsas – defende, neste sentido, a postura responsável da imprensa italiana durante o *caso Moro*. Diante de uma realidade em que o sentido da notícia já ultrapassa, em muito, a clássica dimensão da anormalidade dos factos, Eco²² considera que os *media* devem ter a coragem de assumir a responsabilidade de não serem objetivos, de fazer algo mais do que dar uma notícia e, desta forma, reformular a noção de objetividade através de uma “reeducação do público sobre o conceito de notícia”.

Qual o caminho para essa reformulação e *reeducação*, para esse novo jornalismo como resposta à crise dos factos anormais (logo de objetividade)? A receita do semiólogo consiste numa maior capacidade de análise e enquadramento, numa “historiografia do instante”, na “assunção descoberta, por parte de cada órgão de informação, da sua própria perspectiva e do direito-dever (finalmente não coberto e oculto) de interpretar os factos”²³. Em suma, um jornalismo mais interpretativo, contextualizador, refratário (se possível) às exigências das audiências e da espetacularização e assente na verificação por contraponto a realidades fabricadas, distorcidas ou falsas. Um instrumento útil de compreensão da realidade ao serviço do leitor-cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a objetividade no período mencionado não emerge de circunstâncias causais tanto em Itália como noutros países ocidentais. A discussão surge enquadrada no clima de contestação social, política e cultural que anima os

22 Idem, p. 28-29.

23 Idem, p. 32-33.

movimentos operários e estudantis e coloca em causa a informação de Estado, *official e burguesa*, entendida enquanto instrumento da falsidade e manipulação jornalística. No caso italiano, essa atmosfera destaca-se pelos níveis extremados da inflamação sociopolítica, cujo assassinato de Aldo Moro constitui o episódio símbolo.

A evolução do pensamento de Umberto Eco revela uma extraordinária atualidade, chamando a atenção para a profusão de notícias e acontecimentos fabricados e a necessidade de um jornalismo orientado para a contextualização e a verificação dos factos. A objetividade jornalística advogada por Eco enquadra-se nessa urgência que, afinal, está tão presente em 2018 como em 1969 ou 1978. Ainda que longe da meta utópica da verdade autêntica, a interpretação e a verificação da informação assumem em 2018 o carácter de emergência que parece já não ser tanto determinado pelas circunstâncias políticas, como nos anos 60 e 70, mas antes pelas virtualidades tecnológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Ajello, N., Eco, U., Montanelli, I., Ottone, P. & Scalfari, E. (1969, setembro 14). È possibile avere in Italia una stampa obiettiva? Che giornale vorrei fare, *L'Espresso*, 8.
- Capecchi, V. & Livolsi, M. (1971). *La stampa quotidiana in Italia*. Milano: Bompiani.
- Chalaby, J. (1996/2003). O Jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo*, 3: 29-50.
- Boudana, S. (2011). A definition of journalistic objectivity as a performance. *Media, Culture and Society*, 33(3): 385-398.
- Deuze, M. (2005). What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, 6(4): 442-464.
- Donsbach, W. & Klett, B. (1993). Subjective objectivity: How journalists in four countries define a key term of their profession. *Gazette*, 51(1): 53-83.
- Donsbach, W. & Patterson, T. E. (2004). Political news journalists. In Esser, F. & Pfetsch, B. (ed.), *Comparing political communication: Theories, cases, and challenges*. Cambridge: Cambridge University
- Eco, U. (1969, julho 13). Il lavaggio dei lettori. *L'Espresso*, suplemento.
- Eco, U. (1969, agosto 3). Le notizie e noi. *L'Espresso*, 2.
- Eco, U., Livolsi, M. & Panozzo, G. (1979). *Informazione: consenso e dissenso*. Milano: Il Saggiatore.
- Enzo, F. (1959). Millecinquecento lettori: confessioni di un giornalista politico. *Tempo Presente*, anno IV, 6 (giugno): 451-458.
- Hallin, D. C. & Mancini, P. (2004/2010). *Sistemas de Media: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação e Política*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2001/2004). *Os Elementos do Jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.
- Lippmann, W. (1922/2004). *Public Opinion*. New York: Dover Publications.
- Livolsi, M. (2008). I lettori della stampa quotidiana e periodica. In Castronovo, V. & Tranfaglia, N. (coord.), *La Stampa Italiana nell'età della TV: dagli anni Settanta a oggi – Storia della stampa italiana*. Bari: Laterza.

- Mancini, P. (2002). *Il sistema fragile: i mass media in Italia tra politica e mercato*. Roma: Carocci.
- Mazzanti, A. (1991). *L'obiettività giornalistica: un ideale maltrattato: il caso italiano in una prospettiva storico-comparativa (1800-1900)*. Napoli: Liguori editore.
- Murialdi, P. (1976). *Come si legge un giornale*, Roma: Editori Laterza.
- Murialdi, P. (2006). *Storia del giornalismo italiano*. Bologna: Il Mulino.
- Neveu, E. (2001). *Sociologie du journalism*. Paris: La Decouverte.
- Ottone, P. (1916/9, julho 27). Le notizie con la maschera. *L'Espresso*, 2.
- Reese, S. (1990). The news paradigm and the ideology of objectivity: a socialist in the Wall Street Journal. *Critical Studies in Mass Communication*, 7(4): 390-409.
- Ramaprasad, J. (2001). A profile of journalists in post-independence Tanzania. *Gazette*, 63(6): 539–555.
- Ramaprasad, J. & Kelly, J. (2003). Reporting the news from the world's rooftop: A survey of Nepalese journalists. *Gazette*, 65(3): 291–315.
- Schudson, M. (1978). *Discovering the news: a social history of American newspapers*, New York: Basic Books.
- Schudson, M. (2008). The "Lippmann-Dewey Debate" and the invention of Walter Lippmann as an Anti-Democrat 1986-1996. *International Journal of Communication*, 2: 1031-1042.
- Shoemaker, P. J. & Reese, S. D. (1996). *Mediating the Message: Theories of Influence on Mass Media Content*. White Plains, NY: Longman.
- Smith, A. (1980). *Goodbye Gutenberg: the newspaper revolution of the 1980s*. New York: Oxford University Press.
- Soloski, J. (1990). News Reporting and Professionalism: Some Constraints on the Reporting of the News. *Media, Culture and Society*, 11(4): 207–28.
- Sorrentino, C. (2007). *Tutto fa notizia: leggere il giornale, capire il giornalismo*. Roma: Carocci.
- Tuchman, G. (1972). Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity. *American journal of Sociology*, 77(4): 660-679.
- Traquina, N. (2004). *A Tribo Jornalística. Uma Comunidade Transnacional*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Zelizer, B. (1993/2000). Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. In Traquina, N. (org.) *Revista de Comunicação e Linguagens – Jornalismo 2000*, Lisboa: Relógio D'Água.
- van Dijk, T. (1988/1990). *La Notícia como discurso*, Barcelona: Paidós Comunicación.

Marco Gomes - possui formação em jornalismo, é mestre em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas e doutor em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo desenvolvida a investigação de doutoramento na Universidade de Estudos de Milão. É investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e Professor Adjunto Convidado do Instituto Politécnico de Leiria e do Instituto Politécnico de Coimbra. Os seus interesses de investigação centram-se nas seguintes áreas: estudos italianos, transições democráticas; revolução, media e democracia; comunicação política; análise dos media; sociologia da criminalidade organizada; memória e identidade europeias.